

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.447 - SP (2019/0055042-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **FÊNIX CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**
ADVOGADO : **FERNANDA FONTOURA PUPO NOGUEIRA E OUTRO(S) -**
SP288732
RECORRIDO : **JOAO CARLOS DE SOUZA**
RECORRIDO : **CRISTIANE RIZO BENGUELA**
ADVOGADO : **FELIPE LUIS BARIANI BARRETO CARVALHO E OUTRO(S)**
- SP314607

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. PERMISSIVO CONSTITUCIONAL NÃO INDICADO NO ESPECIAL. RECURSO INADMISSÍVEL. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
2. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FÊNIX CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, contra acórdão que deu parcial provimento à apelação interposta por JOAO CARLOS DE SOUZA e CRISTIANE RIZO BENGUELA.

Em suas razões, a recorrente se insurge contra a restituição de valores referentes ao atraso na entrega da obra, eis que, nos termos do contrato firmado entre as partes, não houve qualquer atraso na sua conclusão. Sustenta que os honorários advocatícios pactuados entre os recorridos e seu patrono são de cunho particular, de modo que não pode ser imputada à recorrente o ônus de restituir a quantia despendida pelos recorridos com a contratação do causídico.

Relatado o processo, decide-se.

O recurso especial não reúne condições de admissibilidade, pois

deixou de indicar a alínea do permissivo constitucional, o que impede saber em qual das hipóteses de cabimento o recurso especial está embasado, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

Assim, não prospera a pretensão recursal, na medida em que a jurisprudência se firmou no sentido de que a ausência de indicação da alínea do permissivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, impede a apreciação do apelo. Nesse sentido: AgRg no AREsp 551.606/PB, Segunda Turma, Dje de 03/02/2016; AgRg no Ag 760.867/PE, Primeira Turma, DJ de 23/11/2006, p. 221; AgRg no REsp 1244392/AL, Terceira Turma, Dje de 08/11/2011; AgRg nos EAREsp 278.959/MG, Corte especial, Dje de 06/05/2016; REsp 1.191.462/ES, Segunda Turma, DJe de 14/09/2010.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, condeno a parte recorrente, a título de honorários recursais, ao pagamento de mais R\$ 500,00 (quinhentos reais) em favor do procurador da parte recorrida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora